



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022

Brasília/DF, 10 de novembro de 2023

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU/ES
Brasília/DF

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data a auditoria das Demonstrações Contábeis, Financeiras e Patrimoniais do CAU/ES acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2022, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" DF
Sócio Sênior

Índice

1.Introdução.....	5
1.2Metodologia.....	6
1.3Técnicas de Abordagem.....	6
1.4Fontes de informação.....	6
1.5Estudo e Avaliação dos Controles Internos	7
1.6Principais Procedimentos de Auditoria Aplicados	8
1.7.Monitoramentos das Recomendações do Relatório Anterior	9
2.Resultado das análises de auditoria.....	10
2.1Matriz de Risco.....	10
3.Comentários das Principais Contas Ativas e dos Controles Internos.....	11
4.Comentários das Principais Contas Passivas e dos Controles Internos	18
5.Estrutura das Demonstrações Contábeis	19
6.Diárias.....	20
7.Departamento de Recursos Humanos.....	21
8. Outros Assuntos.....	21
9. Conclusão	22

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2022, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

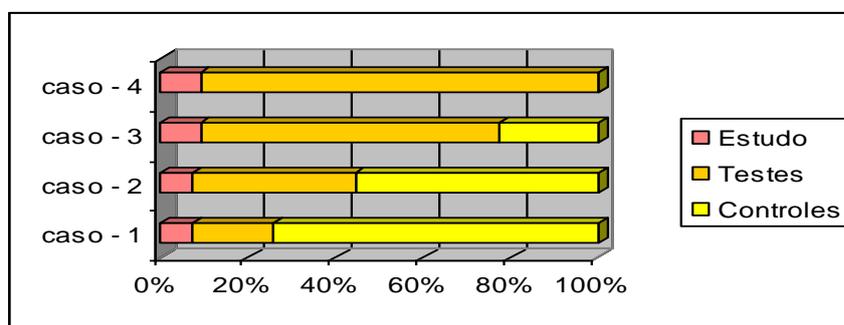
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, o qual consiste basicamente em uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

1) Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

2) Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CAU/ES para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis nºs. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;
- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;

- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extracontábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CAU/ES) e de seu cumprimento.

1.7. MONITORAMENTOS DAS RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO ANTERIOR

Como parte integrante do presente Relatório de Auditoria, e em consonância com o que preconiza a NBC TA 510 (R1) – Trabalhos Iniciais – Saldos Iniciais, visando a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os saldos iniciais contêm distorções que afetam de forma relevante as demonstrações contábeis do período corrente, realizamos os seguintes procedimentos:

- ✓ Determinação se os saldos finais do período anterior foram corretamente transferidos para o período corrente ou, quando apropriado, se foram corrigidos;
- ✓ Determinação se os saldos iniciais refletem a aplicação de políticas contábeis apropriadas;
- ✓ Procedimentos de auditoria específicos para obter evidência com relação aos saldos iniciais.

Complementarmente, realizamos o monitoramento das principais recomendações expedidas pelos auditores relativas ao exercício imediatamente anterior ao sob análise, sobretudo os aspectos relacionados como causas das possíveis ressalvas.

As demonstrações contábeis do CAU ES, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação com o período encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por nós, com emissão do relatório sem ressalvas.

2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2022, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos				
Orçamentário	Grande 5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante 4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado 3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno 2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante 1	1	2	3	4	5
Operacional		1	2	3	4	5
Gestão		Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
Regulação		< 10%	>=10% <= 30%	30%=30% <= 50%	50%=50% <= 90	>90%
Processos		PROBABILIDADE				
Licitações		Escala de Nível de Risco				
Recursos Humanos		Níveis		Pontuação		
Contábil		RC - Risco Crítico		13 a 25		
Serviços		RA - Risco Alto		7 a 12		
Fornecedores		RM - Risco Moderado		4 a 6		
Despesas		RP - Risco Pequeno		1 a 3		
Receitas		Risco de Exposição e Variação				
Numérica	Descritiva	Impacto				
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;				
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;				
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.				

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **33,1%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO	
	Exercício	A/V	Exercício	A/V	< A/V >		< A/H >	
	Atual (R\$)	(%)	Anterior (R\$)	(%)				
ATIVO CIRCULANTE	1.492.716,61	33,1	3.647.023,04	94,36	Alto		Alto	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	937.022,41	20,8	3.071.632,94	79,47	Alto		Alto	
BANCOS C/ MOVIMENTOS	0,00	0,00	4.758,83	0,12	Nulo		Alto	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	937.022,41	20,8	3.066.874,11	79,35	Alto		Alto	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	509.571,65	11,3	515.659,50	13,34	Relativo		Baixo	
ANUIDADES A RECEBER - DO EXERCÍCIO	448.288,24	9,96	355.167,67	9,19	Baixo		Alto	
ANUIDADES A RECEBER - EXERCÍCIOS ANTERIORES	761.969,15	16,9	633.567,46	16,39	Relativo		Alto	
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-700.685,74	-	-473.075,63	-	Relativo		Alto	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	44.936,75	1,00	58.562,80	1,52	Baixo		Alto	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	1.185,80	0,03	1.167,80	0,03	Baixo		Baixo	

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **20,8%** do total do ativo da entidade, sendo, portanto, uma rubrica significativa do disponível e do resto do Balanço Patrimonial como um todo.

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO	
	Exercício	A/V	Exercício	A/V	< A/V >		< A/H >	
	Atual (R\$)	(%)	Anterior (R\$)	(%)				
ATIVO CIRCULANTE	1.492.716,61	33,1	3.647.023,04	94,36	Alto		Alto	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	937.022,41	20,8	3.071.632,94	79,47	Alto		Alto	
BANCOS C/ MOVIMENTOS	0,00	0,00	4.758,83	0,12	Nulo		Alto	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	937.022,41	20,8	3.066.874,11	79,35	Alto		Alto	

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou

créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação de 100% dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Além do estudo e avaliação efetuados na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização às instituições financeiras custodiantes de ativos da autarquia.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais. A alta variação verificada na análise horizontal do saldo de Disponibilidades decorreu da aquisição do imóvel (sede própria) no exercício sob exame, conforme se constata a partir das Notas Explicativas e de informações de outros demonstrativos, como a DFC.

Relativamente aos saldos de disponibilidades da CAU/ES, especificamente às Aplicações Financeiras, verificamos que os valores são mantidos predominantemente em produtos financeiros como cadernetas de poupança, aplicações indexadas pelo CDB/CDI e fundos de investimentos. A distribuição do saldo nas das aplicações e suas rentabilidades estão demonstrada abaixo:

Aplicação	Saldo (R\$)	Rentabilidade*
Fundo BB RF Simp Solidez (C/C 29894-8)	850.995,61	9,78%
Fundo BB RF Simp Solidez (C/C 32167-2)	86.026,80	9,78%
Total	937.022,41	

*Nos últimos 12 meses

Portanto, salientamos aos gestores dos recursos financeiros em relação ao desempenho/rentabilidade de suas aplicações quando comparadas à taxa referencial de juros (SELIC).

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

Recomenda-se a análise contínua das posições dos investimentos e dos desempenhos dos produtos aplicados em contraposição às alternativas no mercado com mesmo grau de risco

e liquidez. Atendendo à política interna de risco/retorno da entidade sobre as aplicações financeiras

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”. Os procedimentos, constatações e conclusões registrados nesta sessão se estendem aos valores de Dívida Ativa.

ATIVOS	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	1.492.716,61	33,1	3.647.023,04	94,36	Alto	Alto
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	509.571,65	11,3	515.659,50	13,34	Relativo	Baixo
ANUIDADES A RECEBER - DO EXERCÍCIO	448.288,24	9,96	355.167,67	9,19	Baixo	Alto
ANUIDADES A RECEBER - EXERCÍCIOS ANTERIORES	761.969,15	16,9	633.567,46	16,39	Relativo	Alto
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-700.685,74	-	-473.075,63	-	Relativo	Alto

✓ Procedimentos de Auditoria

Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber.

Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

1. Registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiros dos profissionais inscritos no Conselho;
2. Razão Contábil e documentação de controle da arrecadação e recolhimento das receitas, discriminando e segregando os exercícios de origem;
3. Relação contendo nome e números de registro de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido.
4. Controle relativo à inadimplência, à inscrição da Dívida Ativa, à execução fiscal e renegociações de débitos/dívidas;
5. Relação de contas/créditos de anuidade a receber em atraso por idade do crédito de até 30, 60, 90, 120, 180, 365 dias; e, 2, 3, 4, e 5 anos, respectivamente, bem como renegociações de débitos/dívidas ocorridas no exercício.

✓ Constatações

Iniciamos nossas análises pela validação dos saldos iniciais de créditos a receber, identificando a correta transposição dos saldos contábeis iniciais (que correspondem aos saldos finais de 2021) para as contas de Anuidades de Exercícios Anteriores, liberando as contas de anuidades do exercício para receber os valores do orçamento corrente, conforme

emissão dos boletos no sistema SICCAU. Constatamos que o Regional vem realizando a transposição dos valores corretamente.

Ressalta-se que no exercício sob análise houve mudança do critério contábil para reconhecimento dos créditos de anuidades (relatório de inadimplentes). Em 2022, diferentemente do que vinha sendo praticado, a entidade passou a reconhecer 100% dos valores, não abatendo os 20% que representam a cota-parte do CAU/BR. **Acreditamos que o tratamento é adequado, entretanto os ajustes realizados (relativos aos exercícios passados) deveriam ter sido levados à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, para que não impactassem na apuração do resultado do exercício.**

A partir da triangulação do Relatório de Contabilização de Receitas (por competência) com o Relatório Financeiro (SICCAIU) e os lançamentos contábeis, obtivemos evidência de que os rotinas contábeis são adequadas e que os movimentos registrados nas contas relacionadas não apresentam distorção relevante.

Os saldos de créditos a receber em 31/12/2022 são compostos por parcelas de anuidades de profissionais ou empresas inadimplentes, isso porque nessa data-base já decorreu o prazo para pagamento das anuidades (PF/PJ). Os valores registrados no Balanço estão conciliados com os saldos constantes no Relatório Analítico de Inadimplência (Profissional e Empresas). Destaca-se, todavia, que os valores estão conciliados com a coluna “Valor Devido”, que não considera a atualização monetária, juros e multa sobre o valor original do débito. A prática aplicada está em desacordo com o que orienta o MCASP 9ª Edição:

5.2.2. Atualização Monetária, Juros, Multas e Outros Encargos

A atualização monetária, juros, multas e outros encargos moratórios incidentes sobre os créditos inscritos em dívida ativa, previstos em contratos ou normativos legais, devem ser incorporados ao valor original inscrito, de acordo com o regime de competência.

O Regional não disponibilizou a memória de cálculo utilizada para atualização dos saldos de Perdas Estimadas no Recebimento de Anuidades, embora a abordagem metodológica empregada, conforme delineada na Nota Explicativa nº 6, demonstre consonância com as diretrizes apropriadas.

✓ **Opinião**

A partir das evidências obtidas na análise das anuidades a receber é possível obter segurança razoável de que os valores registrados se encontram conciliados com os controles auxiliares e com o banco de dados de inadimplência do SICAU.

Julgamos que o não reconhecimento de juros, multa e atualização monetária como integrante do montante créditos a receber não impacta (quantitativamente) os saldos, já que para tais valores provavelmente haveria a correspondente perda estimada. Entretanto, visando conferir maior fidedignidade à informação contábil, recomenda-se o registro conforme orienta o MCASP.

3.1.3 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

ATIVOS	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	1.492.716,61	33,1	3.647.023,04	94,36	Alto	Alto
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	44.936,75	1,00	58.562,80	1,52	Baixo	Alto
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	1.185,80	0,03	1.167,80	0,03	Baixo	Baixo

O grupo congrega valores diversos, não classificáveis nas demais contas do Ativo Circulante. Em sua maioria é composto por valores entregues à terceiros, cuja compensação ou prestação de contas se dará em até 12 meses.

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
Confrontamos de modo comparativo os valores de 2022 e 2021, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais e confrontamos as informações contábeis com os controles auxiliares.
- ✓ **Constatações**
Os saldos mantidos guardam coerência com os controles auxiliares. Ressaltamos, entretanto, que os valores registrados nessas contas se tratam de valores concedidos a terceiros sobre os quais, no mais das vezes, ainda não há o direito adquirido por parte do beneficiário. Portanto, é possível que nos “ajustes de contas” realizados, sejam apurados valores a serem ressarcidos.
- ✓ **Opinião**
Os controles internos relacionados aos valores registrados nas contas nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **66,8%** da exposição ativa.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVOS	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >	
ATIVO NÃOCIRCULANTE	3.006.120,30	66,8	217.944,25	5,64	Alto		Alto
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	205.937,42	4,58	67.420,87	1,74	Baixo		Alto
IMOBILIZADO	2.798.455,17	62,2	148.536,13	3,84	Alto		Alto
BENS MÓVEIS	495.125,67	11,0	473.902,87	12,26	Relativo		Baixo
BENS IMOVEIS	2.665.775,38	59,2	0,00	0,00	Alto		Alto
() DEPRECIÇÃO ACUMULADA	-362.445,88	-8,06	-325.366,74	-8,42	Baixo		Relativo
INTANGÍVEL	1.727,71	0,04	1.987,25	0,05	Baixo		Relativo
SOFTWARES	17.277,15	0,38	17.277,15	0,45	Baixo		Nula
() AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-15.549,44	-0,35	-15.289,90	-0,40	Baixo		Baixo

3.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo do grupo é composto pelas seguintes contas:

Conta	Saldo Final
1.2.1-ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	205.937,42
1.2.1.1.3-DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	205.937,42
1.2.1.1.3.01-Dívida Ativa - PF	96.935,36
1.2.1.1.3.02-Dívida Ativa - PJ	109.002,06

Em relação aos valores de profissionais inscritos em Dívida Ativa (R\$ 205.937,42), solicitamos ao Regional a relação contendo o número de registro e nome dos profissionais inscritos, tal informação foi recebida e a partir dela, pudemos validar os saldos consignados no grupo. **As constatações do item 3.1.2 se aplicam aos saldos de Dívida Ativa.**

Destacamos que o Regional não mensurou, estimou e registros perdas no recebimento de Dívida Ativa, o que soa um tanto controverso, já que o fez para os Créditos de Curto Prazo. Conforme preconiza o MCASP – 9ª Ed, os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros.

Portanto, recomendamos ao Regional desenvolver metodologia para reconhecer perdas na realização dos créditos inscritos em Dívida Ativa, pois, por natureza a expectativa de realização desses valores tende a ser menos do que os créditos ainda em cobrança administrativa.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **62,2%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **1.784%** das transações que compõem a variação positiva de **R\$ 2.649.919,04**, constatada no período sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações/Opiniões**

Não há evidências da realização do inventário físico em 2022 realizado por Comissão Inventariante, faz-se necessário que haja um esforço para implementação das normas descritas no MCASP, para controle do imobilizado. É necessário realizar o inventário (imobilizado, estoque e intangível) da entidade, de modo a separar as perdas. Os bens que não estejam sendo utilizados e que não tenham valor, em virtude de serem inservíveis (obsoleto, quebrado, inutilizado etc.), deverão ser baixados como perda diretamente em conta de resultado (VPD).

No exercício sob análise, o CAU/ES adquiriu seu primeiro imóvel, 02 salas em um edifício comercial localizado no bairro Enseada do Suá, na capital do estado do Espírito Santo. Ambas as salas serão reformadas futuramente para se tornarem a sede do Conselho, que hoje funciona em imóvel alugado no bairro Bento Ferreira. A aquisição das salas foi realizada por meio de pagamento à vista, utilizando os recursos acumulados nos últimos anos com superávits financeiros.

As salas comerciais adquiridas pelo CAU/ES ainda não estão sendo depreciadas pois ambas não estão em condições de funcionamento, conforme determina o NBC TSP 17 – Ativo Imobilizado.

Confrontamos os saldos contábeis às Relações Analíticas de Acervo Patrimonial de Bens Móveis e aos valores registrados no Balanço Orçamentário e não encontramos divergências significativas.

✓ **Opinião**

Destacamos a importância de serem realizados os inventários de Bens Móveis, mesmo que de forma extemporânea, para constatação da existência física dos bens, da sua localização e de seu estado de conservação e, por conseguinte, para a validação dos saldos contábeis.

Mesmo com essa deficiência de controle interno, os relatórios auxiliares nos permitem obter segurança razoável de que os saldos se encontram livres de distorção relevante.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **7,13%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação positiva de **R\$ 25.836,40**, equivalentes a um aumento de **8,76%** em relação ao exercício anterior.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)		< A/V >	< A/H >
PASSIVO CIRCULANTE	320.610,01	7,13	294.773,61	7,63	Baixo		Baixo 
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST A PAGAR	188.339,07	4,19	167.962,09	4,35	Baixo		Relativo 
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	94.329,99	2,10	87.771,82	2,27	Baixo		Baixo 
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo		Nulo 
PROVISÕES A CURTO PRAZO	1.000,00	0,02	110,56	0,00	Baixo		Alto 
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	36.940,95	0,82	38.929,14	1,01	Baixo		Baixo 

4.1.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) e Provisões da Folha de Pagamento do CAU/ES.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2. FORNECEDORES

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Realizamos o teste no subgrupo de Fornecedores, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ **Constatações**

Constatamos que os saldos se referem às obrigações a pagar com fornecedores pelos bens adquiridos ou serviços prestados no curso normal das atividades do Regional, sendo que são classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou obrigações já vencidas.

A manutenção de saldos no encerramento do exercício é consequência direta da vinculação do CAU/ES aos estágios da despesa pública (estabelecidos na Lei nº 4.320/64), e ao cronograma de desembolso ou programação financeira, o que leva, no mais das vezes, à inscrição das despesas empenhadas e não pagas em Restos a Pagar.

✓ **Opinião**

Realizamos testes através de exame da documentação de suporte para os registros contábeis e não evidenciamos qualquer irregularidade, sendo que os saldos representam de forma apropriada a posição do grupo na data do balanço.

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **92,8%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo).

PASSIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)		
Especificação					< A/V >	< A/H >
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.178.226,90	92,8	3.570.193,68	92,37	Alto	Relativo
RESULTADOS ACUMULADOS	4.178.226,90	92,8	3.570.193,68	92,37	Alto	Relativo
Superávits ou Déficits do Exercício	608.033,22	13,5	725.151,36	18,76	Relativo	Relativo
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.570.193,68	79,3	2.845.042,32	73,61	Alto	Alto

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da entidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Constatamos que a Estrutura das Demonstrações Contábeis do Regional, que compreendem o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentaram as seguintes desconformidades em relação ao que preceitua os normativos existentes e as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil:

a) Ausência de apresentação dos Saldos do Exercício Anterior no Balanço Patrimonial

Na apresentação das Demonstrações Contábeis não foram apresentados, para fins de comparabilidade (característica imprescindível da informação contábil), os saldos contábeis relativos ao período anterior.

Essa obrigação “formal” para as Demonstrações Contábeis encontra-se expressamente prevista nos itens 53 e 54 da NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de 18 de outubro de 2018:

A menos que uma norma permita ou exija de outra forma, a entidade deve divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente.

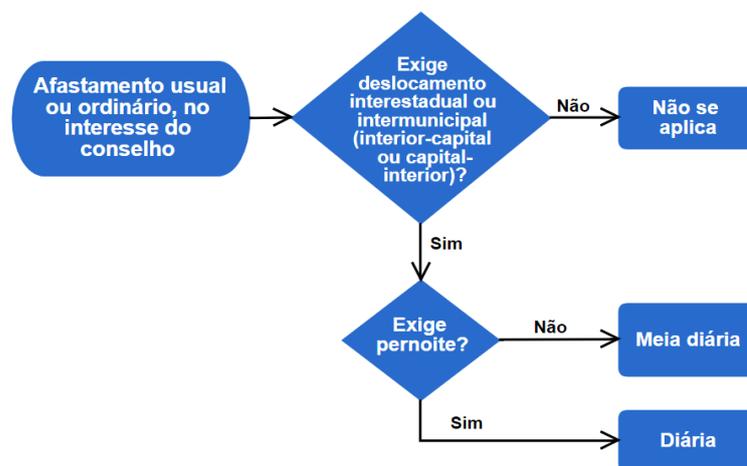
6. DIÁRIAS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica “Diárias – Conselheiros/Convidados”, avaliamos se o pagamento de Diárias está de acordo com o Normativo emitido pelo Conselho.

Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



✓ **Opinião**

Analisamos as despesas com diárias dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os controles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de janeiro, fevereiro e março. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- Analisamos as férias pagas;
- Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

9. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 22 (vinte e duas) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Brasília/DF, 10 de novembro de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF

Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"DF


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-9 "S"DF



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br